

01 FEV 2006

OPINIÃO



Luiz Guilherme Piva*

Economia - Brasil

Economia, eleição e novo governo

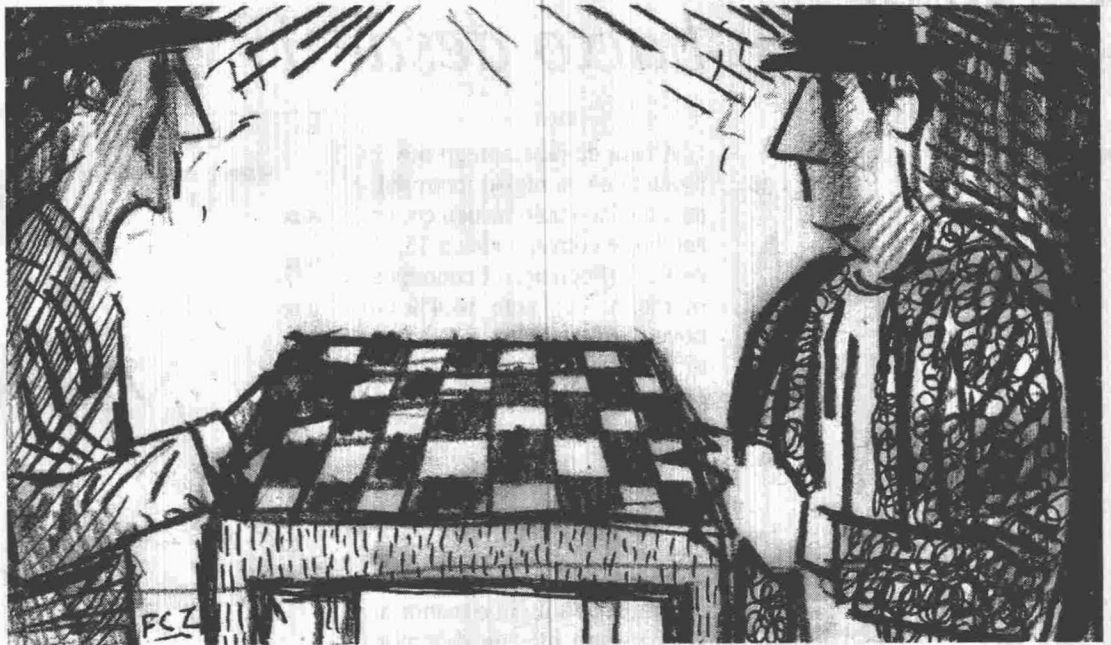
Cenário econômico poderá produzir impactos favoráveis ao governo Lula

O ano de 2006 ainda não começou na economia e na política. Há muita coisa em jogo e as peças não estão nem sequer posicionadas. No primeiro campo, a questão central é a evolução dos juros e o correlato nível de atividades. No segundo, quais serão as candidaturas às eleições de outubro e, óbvio, seus possíveis vencedores. Há uma razoável correlação entre essas questões. E mais: as duas, combinadas, podem configurar as feições do Brasil no médio prazo.

Na economia, a situação confortável da inflação, tanto nos índices de varejo (que ficarão, no ano, abaixo de 5%) quanto nos de atacado (cerca de metade daquilo), dá folga para que mesmo o conservadorismo dominante no Banco Central avance nas reduções da Selic até o nível de 13% ou pouco menos no final do ano. Para isso são necessários cortes, na média, menores do que os de meio ponto percentual ao mês que já vêm sendo adotados – ou seja, é realista projetar essa trajetória. Se confirmada, teremos juros reais de 8% ou 7% em dezembro, que são altos em relação ao resto do mundo, mas muito menores do que os 12% atuais.

Isso dará, ao longo do ano, continuado impulso à atividade econômica. Como as condições externas são e permanecerão boas (liquidez farta e juros baixos nos EUA), é de se esperar crescimento seguro. Pode até haver alguma ousadia e o ritmo médio da redução da Selic ser maior no primeiro semestre e menor no segundo, garantindo resultados positivos mais nítidos antes da eleição. Nisso ajuda também a sazonalidade da produção, que tem mais vigor nos dois trimestres intermediários do ano.

Com as reduções dos juros, o câmbio pode corrigir uma parte de sua valorização e atenuar tendência de perda que já se observa no desempenho das ex-



portações. Também podem ficar menores o carregamento e o tamanho da dívida pública em relação ao PIB. E podem começar as montagens de consórcios e investimentos para os grandes projetos de infra-estrutura na modalidade de PPP, cuja moldura institucional está pronta.

Sabe-se que, mesmo tendo caído muito a elasticidade emprego-produto na economia moderna, há efeito positivo do quadro acima na criação de emprego e na geração de renda. No Brasil esse efeito reverbera rapidamente no repressado mercado consumidor, ainda mais na presença de crédito, cuja proporção em relação ao PIB (30%) ainda é pequena e tem muito a se expandir.

Na política, esse panorama produzirá impactos favoráveis ao governo Lula, cuja imagem está associada desde sempre à expectativa de aquecimento econômico e cuja popularidade tem mostrado enorme resistência às crises políticas e às frustrações decorrentes do baixo crescimento dos três primeiros anos de seu mandato. Daí poder advir a recuperação do favoritismo que Lula exibiu até meados de 2005.

Tudo pode ser diferente, porém. Juros altos, baixo crescimento, queda das exportações, esqualidez no mercado de trabalho e insatisfação com o governo. Lula então não recuperará o favoritismo e a oposição terá grande chance de vencer. Mas não se deve dar de barato, mesmo nesse quadro, que Lula estará fadado à bancarrota. Sua presença no segundo turno é certa e há variáveis fortes a seu lado, como o alcance do Bolsa-Família e o salário mínimo.

Para a oposição, a dificuldade maior é que um ou outro cenário econômico não estará claro até março, quando tanto o PSDB quanto o PMDB terão de ter decidido com qual candidato irão às urnas em outubro. É justamente entre abril e setembro que a economia mostrará sua face predominante. E Lula tem até junho para lançar seu nome oficialmente, o que o deixa confortável neste momento. O PMDB tem ovos em várias cestas, mas o PSDB vive um dilema de tipo bola ou búrca nesses próximos dois meses.

Quanto ao futuro, com a economia crescendo e a reeleição de Lula, há chances de o novo

governo se abrir mais – desde a campanha – a alianças, escapando ao relativo e cadente manejo que o PT exerce neste mandato, mesmo porque o partido deve perder representantes. Isso pode dar maior sustentação a Lula e assegurar novo mandato com crescimento e estabilidade econômica, mas talvez sacrifique um pouco mais as reformas distributivas.

Com a economia estagnada e a eleição de um opositorista, o acirramento social e político entre o novo governo e a oposição deve ser maior, dados o enfrentamento na campanha e a contrariedade com que PT e grupos aliados-voltarão à oposição. Mas isso talvez imponha ao novo governo a pauta das políticas de crescimento e de distribuição de renda. Pauta que o novo governo, claro, pode seguir ou desprezar, a depender do candidato vencedor e de seus aliados principais.

* Economista-chefe e diretor de finanças da BDO Trevisan (piva@bdotrevisan.com.br), professor da Trevisan Escola de Negócios. É doutor em Ciência Política pela USP. Publicou Ladrilhadores e semeadores (Editora 34)